

## O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1990 E 2002\*

Ronaldo Herrlein Jr.\*\*

**Resumo:** O artigo analisa o movimento da economia gaúcha entre 1990 e 2002, comparando-o com a economia brasileira e tendo como referência a evolução da economia estadual nas décadas anteriores. Os dados envolvem o PIB total, setorial e *per capita*, o comércio exterior, a produção física e os valores da produção da indústria de transformação e aspectos demográficos e ocupacionais. São avaliados o crescimento da economia estadual, sua distribuição setorial, o desempenho do setor externo, os níveis de produtividade econômica total e setorial do pessoal ocupado, a elasticidade da ocupação em relação às variações do produto, bem como a geração de produto *per capita*. Rejeita-se as hipóteses de insuficiência estrutural (ausência de segmentos produtivos importantes) e/ou insuficiência dinâmica (baixo crescimento) da matriz produtiva estadual. Sugere-se a hipótese de que um novo padrão de articulação da economia gaúcha com os mercados nacional e externo emergiu da reestruturação produtiva dos anos 90. Nesse novo padrão, o aspecto decisivo e diferencial para o crescimento da economia gaúcha, relativamente ao Brasil, parece ser a grande importância do mercado exterior para o produto industrial.

**Palavras-chave:** Economia do Rio Grande do Sul. Crescimento Econômico. Macroeconomia Regional.

**Abstract:** The paper describes and analyses the movement of the economy of Rio Grande do Sul, in the period 1990-2002, comparing it with the broader movement of the Brazilian economy and with its performance in the previous two decades. The data analyzed refers to the Gross Regional Product (total, by sectors and per

\* Esse artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo autor sobre a economia gaúcha nas décadas de 80 e 90, com o apoio financeiro da FAPERGS, através do PROADE 2, e dos bolsistas de Iniciação Científica Gabriel Langie Pereira (FAPERGS, 2003 e 2004) e Alexandre Reis (CNPq, 2002).

\*\* Professor do Mestrado em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. E-mail: ronaldoh@puccrs.br

Análise	Porto Alegre	v. 16	n. 1	p. 137-160	jan./jul. 2005
---------	--------------	-------	------	------------	----------------

capita), to foreign trade, to physical and nominal value of production of manufacturing sector and to demographic and occupational aspects. The paper evaluates the growth of the regional economy, its composition, the performance of the foreign sector, the total and activity productivity of labor, and the elasticity of occupation to variations of product. The analysis concludes rejecting the hypothesis of structural or dynamic insufficiency of regional productive matrix. The conclusion also suggests the hypothesis that there is a new pattern of articulation of the regional economy with the national and external markets, which emerged of the productive restructuration of the 90's. In this new pattern, the importance of foreign market for industrial product seems to be the key and distinctive element to explain the economic growth of the regional economy in relation to the national economy

**Key words:** Economy of Rio Grande do Sul. Economic growth. Regional macroeconomics.

**JEL Classification:** R11 – Regional economic activity: growth, development, and changes.

## 1 Introdução

Esse artigo busca descrever e analisar o movimento da economia gaúcha nos anos 1990-2002, tendo como referência de comparação a evolução dessa economia nas décadas de 70 e 80, bem como o movimento mais amplo da economia brasileira. Os dados utilizados para tanto referem-se ao PIB (total, setorial e *per capita*), ao comércio exterior, à produção física e aos valores da produção da indústria de transformação e a aspectos demográficos e ocupacionais. A análise realizada visa formular hipóteses explicativas do comportamento da economia estadual no período, que serão melhor exploradas em estudos posteriores.

O artigo está organizado em cinco seções, sendo a primeira dedicada a análise da evolução do produto estadual. Na segunda, são analisadas as estatísticas do comércio internacional do Rio Grande do Sul. A consideração da estrutura e da evolução setorial do produto é objeto da terceira seção. Na quarta seção, os dados do produto são confrontados com estatísticas demográficas e ocupacionais, permitindo aferir os níveis de produtividade econômica do pessoal ocupado, a elasticidade da ocupação em relação às variações do produto, bem como a geração de produto *per capita*. Na quinta e

última seção são apresentadas algumas considerações finais, à guisa de conclusão da análise realizada ao longo das seções anteriores.

## 2 A evolução do produto estadual

O crescimento experimentado pela economia do Rio Grande do Sul (RS) no período 1990-2002 pode ser considerado medíocre, tanto quanto o da economia brasileira. Para o RS, esses 13 anos foram um pouco melhores do que a “década perdida”: a taxa média de crescimento de 2,1% a.a. supera ligeiramente a dos anos 1981/89 (1,9%). Para o Brasil, ocorreu o inverso, com uma taxa de 2,3% a.a. nos de 1980 e 1,9% entre 1990/2002. Nos dois casos, o crescimento total acumulado do PIB nos 22 anos de 1981 até 2002 não alcança a metade do crescimento ocorrido somente nos 10 anos finais do período *desenvolvimentista* (1971/80).

Esses dados evidenciam o contexto mais amplo, de relativa estagnação da economia brasileira, desde quando o Estado nacional perdeu as condições de conduzir um projeto de desenvolvimento para o País, ao aceitar as imposições dos credores externos e implantar políticas de ajuste que oneraram pesadamente as finanças públicas, nos anos 80. Após uma década de estagnação, os anos 90 trouxeram profundas mudanças nos marcos regulatórios internos, nos fluxos internacionais de capitais e nas políticas macroeconômicas, sem contudo estabelecer as condições para um crescimento econômico sustentado. É com referência a esse contexto que deve ser avaliado o desempenho da economia gaúcha entre 1990 e 2002.

Um dado importante para avaliar o nível de crescimento do produto é compará-lo com o crescimento da População em Idade Ativa (PIA) e do contingente de ocupados (pessoal ocupado). O crescimento do PIB gaúcho entre 1991 e 2000 atingiu 3,53% a.a., enquanto a PIA no RS cresceu 1,64% e o contingente de ocupados 1,43% a.a. As mesmas taxas médias anuais para o País, no mesmo período, alcançaram 2,83%, 2,17% e 1,92% a.a. Em ambos os casos, o crescimento da ocupação foi inferior ao crescimento da PIA, o que indica as dificuldades da economia em absorver os que ingressam no

mercado de trabalho. Todavia, os dados indicam que, nessa evolução de oito anos, o crescimento do produto no Rio Grande do Sul alcançou condições mais favoráveis para o mercado de trabalho, visto que a taxa do PIB ainda situou-se bem acima do crescimento da PIA, o que não se observou para o País<sup>1</sup>.

O crescimento do PIB total foi quase equivalente no RS e no Brasil no período 1990-2002 (Tabela 1); portanto, o Estado não vem perdendo posição em sua participação na economia nacional. Ao contrário, essa participação tem oscilado em torno de 8%, a preços correntes, apresentando trajetória ascendente nos anos mais recentes. A característica específica desse período foi a assincronia nos movimentos das economias gaúcha e nacional, de modo que a participação da primeira na segunda oscilou entre 8,94% (1993) e 7,72% (1998), alcançando 8,06% ao final do período. Vale observar a assincronia dos movimentos, segundo cada subperíodo assinalado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Variação real acumulada do PIB RS e BR 1970-2002 (%)

Períodos	RS	BR
1971-1980	118,05	128,76
1981-1989	18,88	22,22
1990-2002	30,43	28,28
1990-1991	-8,69	-3,36
1992-1994	23,43	11,60
1995-1998	0,69	10,64
1999-2002	12,41	8,61

FONTE: FEE, IBGE.

NOTA: Utilizou-se os deflatores implícitos dos PIBs estadual e nacional.

Nota-se, em primeiro lugar, que a crise associada à implantação do Plano Collor, que provocou uma verdadeira depressão na economia nacional, afetou mais a economia gaúcha, provavelmente determinada pela queda do produto

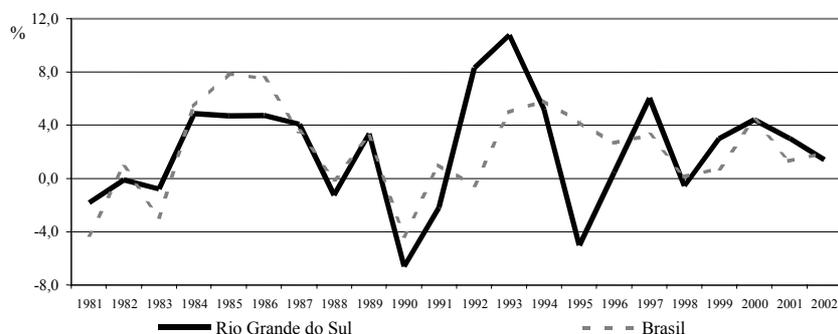
<sup>1</sup> Os dados referentes ao crescimento da ocupação e do produto serão considerados em conjunto novamente, na quarta seção desse artigo, quando se tratará de averiguar o potencial de geração de ocupação que possui a expansão do produto, bem como e evolução da produtividade econômica dos ocupados.

agropecuário e pelo declínio das exportações. Entretanto, a economia gaúcha recuperou-se antes (desde 1992) e mais vigorosamente que a economia brasileira, acumulando um crescimento de 26,2% até 1994, contra 10,5% do Brasil como um todo<sup>2</sup>. Assim, no triênio que precedeu o Plano Real, a economia gaúcha descrevia uma trajetória ascendente, devido ao excepcional crescimento da agropecuária em 1992, da indústria durante todo triênio (39%) e das exportações, cujo valor em dólar cresceu 57% em dois anos (1992/93).

Nos anos dos Governos FHC, observa-se, nitidamente, a ocorrência de dois padrões de comportamento do PIB estadual, que permaneceu estagnado durante o Governo Antônio Britto e recuperou o crescimento a taxas superiores às do Brasil durante o Governo Olívio Dutra. Em termos setoriais, foi a indústria que mais contribuiu para as diferenças de crescimento do PIB nos dois períodos de governo, visto que as oscilações mais expressivas do PIB agropecuário foram semelhantes no Estado e no País, enquanto que o desempenho da indústria foi diferenciado na economia gaúcha (ver Tabela 6, adiante). Vale notar que, durante o primeiro Governo FHC, a economia brasileira acumulou 10,6% de crescimento, o que novamente tornou assimétrica sua trajetória em relação a da economia estadual. Tudo indica que o regime de política macroeconômica que sustentou o Plano Real, baseando a estabilidade monetária na ancoragem cambial e recorrendo à elevação da taxa de juros para equilibrar o balanço de pagamentos, sem falar na “âncora verde”, afetou de forma severa a economia gaúcha, enquanto facultou um pequeno crescimento para a economia nacional (2,6% a.a.).

<sup>2</sup> Esse movimento, no qual a economia gaúcha é mais afetada pela crise e recupera-se antes da economia nacional, foi interpretado de maneira distinta, como “maior resistência à queda [...] do parque fabril do Estado [...] durante o período recessivo de 1990-92” (Passos; Lima, 2000, p. 121). Também no *Plano Plurianual* do Governo do RS (2004-2007), afirma-se que “para os anos 1990/92, que compreendem a recessão do período Collor [...] é nítido que o parque gaúcho mostra-se mais resistente às adversidades da conjuntura”. A questão de interpretação remete a decisão de agrupar ou não o dado de 1992 com os dois anos anteriores, fazendo parte do período recessivo. Nesse ano, o PIB gaúcho cresceu 8,3%, enquanto o brasileiro permaneceu estagnado (-0,5%). Não obstante, o Gráfico 1, apresentado a seguir, evidencia que nos dois primeiros anos a economia gaúcha declinou de modo mais acentuado, e parece-nos inadequado referir esse movimento como maior capacidade de resistência à crise. Preferimos afirmar que houve maior rapidez e intensidade na recuperação gaúcha.

A referida assincronia nos movimentos das economias estadual e nacional, nos diversos subperíodos, foi um aspecto peculiar dos anos 1990/02, contrastando com o paralelismo dos anos 80, conforme observa-se no Gráfico 1. Esse novo “padrão de crescimento”, que exibe menor solidariedade de desempenho entre a economia estadual e a nacional, expressa as novas condições macroeconômicas dos anos 90 e deveu-se a maior instabilidade da economia gaúcha.



FONTE: FEE, IBGE (dados brutos).

Gráfico 1 – Taxas anuais de variação real do PIB, RS e BR, 1981-2002

A ocorrência de uma crise especificamente regional durante o período de ancoragem cambial do real (1995-99) é uma hipótese que se vê reforçada pela análise dos dados do produto dos Estados brasileiros, através das Contas Regionais do IBGE. O PIB do RS apresenta, nesse período, um comportamento muito inferior à média nacional e totalmente discrepante daquele das economias estaduais mais importantes (Tabela 2)<sup>3</sup>. Além disso, também nessa tabela verificam-se discrepâncias no comportamento do PIB estadual em relação ao PIB nacional e, principalmente, em relação ao PIB

<sup>3</sup> Os resultados da Tabela 2 são apenas uma aproximação simplificada do comportamento dos produtos estaduais, pois os dados brutos foram submetidos a um mesmo deflator. As séries completas das Contas Regionais do IBGE permitem que se obtenha resultados com aplicação de diferentes deflatores regionais, bem como a análise setorial do produto.

de São Paulo, nos diversos subperíodos da década de 90, diferentemente do período 1986-90.

**Tabela 2** – Variação real acumulada do PIB do RS, Brasil e Estados selecionados, 1986-2000

Estados	1986-90	1991-94	1995-98	1999-2000	1986-2000
Rio Grande do Sul	14,2	22,3	-4,2	6,8	42,9
São Paulo	13,3	3,0	14,9	1,2	35,7
Rio de Janeiro	-5,4	16,6	7,4	21,2	43,5
Minas Gerais	6,9	19,5	8,8	5,0	46,0
Paraná	18,5	7,3	12,7	2,8	47,3
Santa Catarina	24,9	9,4	7,3	15,8	69,7
Ceará	4,0	29,9	20,9	-2,3	59,7
Brasil	10,6	11,6	10,6	6,6	45,6
BR-4	13,9	14,6	11,8	7,8	57,4

FONTE: IBGE (Contas Regionais).

OBS.: O agregado BR-4 corresponde ao PIB do Brasil exceto os PIBs das quatro maiores economias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Utilizou-se o deflator implícito do PIB do Brasil.

### 3 O comércio internacional

Como se sabe, os anos 90 foram difíceis para as exportações nacionais, em vista da sobrevalorização cambial, que se refletiu também no aumento de importações, estas favorecidas pela abertura comercial. Os dados anteriores, referentes ao PIB estadual e nacional, indicaram efeitos negativos do arranjo macroeconômico do Plano Real sobre a economia do RS, o que traz implícito um papel destacado das exportações para essa economia estadual. Efetivamente, ao início da presente década, o RS tornou-se o segundo maior exportador, ao lado de Minas Gerais e após São Paulo, sendo responsável pelo segundo maior saldo de comércio exterior entre os Estados brasileiros. A maior importância relativa das exportações para a economia gaúcha é atestada pelo seu coeficiente de abertura, que alcançou 13,8% do PIB em 1999 e uma média de 10,9% no período 1996-98, enquanto que, para o Brasil, nos mesmos anos, atingiu 10,6% e 7,3% (Salaberry, 2002). As exportações são um importante componente da demanda agregada dos Estados, o qual determina diferenças nas taxas de crescimento dos produtos estaduais, já

que o comércio interestadual tende a oscilar de maneira relativamente uniforme, refletindo o pulsar comum da economia nacional.

Os dados da Tabela 3 evidenciam como se modificaram ao longo dos anos 90 e até 2002 as condições para as exportações gaúchas e brasileiras. No caso gaúcho, o subperíodos de maior e menor crescimento médio anual apresentam coincidência com os mesmos subperíodos observados para o PIB (Tabela 6, adiante).

**Tabela 3** – Indicadores e comércio internacional do RS e do Brasil, 1981/2002

Período	Taxas médias anuais de variação das exportações (%)		Médias dos coeficientes de participação RS/BR (%)	
	RS	BR	Exportações	Importações
1981-1985	5,01	4,95	11,34	n.d.
1986-1989	8,58	7,61	10,60	n.d.
1990-2002	4,25	4,42	11,28	6,79
1990-1991	-5,76	-4,10	10,69	6,62
1992-1994	15,13	11,27	12,36	6,77
1995-1998	2,86	4,08	11,46	6,52
1999-2002	3,17	4,24	10,59	7,16

FONTE: MDIC (Sistema Alice). As taxas de variação do valor nominal em dólares norte-americanos.

Na Tabela 4, é possível comparar, para o período 1992-2002, as taxas de variação anual das exportações e das importações em dólares e de variação real dos produtos agropecuário e industrial, assinalando-se também as variações da parcela dos produtos industrializados nas exportações e nas importações do RS. A análise da Tabela 4 indica que, com exceção dos anos de 1996 e 1999, houve para cada ano alguma correlação, maior ou menor, entre os movimentos das exportações e importações (variações do valor em dólares e participação dos produtos industrializados) e os movimentos do PIB agropecuário e do PIB industrial do RS.

**Tabela 4** – Indicadores de evolução e composição das exportações e das importações e da evolução real do PIB agropecuário e do PIB industrial, RS, 1992-2002

Ano	Exportações		Importações		Variação real <sup>b</sup>	
	Variação anual (nominal US\$)	Variação na participação de industrializados <sup>a</sup>	Variação anual (nominal US\$)	Variação na participação de industrializados <sup>a</sup>	PIB Agropecuário	PIB Industrial
1992	31,7	-3,95	-13,1	9,07	31,6	6,5
1993	19,3	2,94	32,4	-0,95	5,4	18,0
1994	-2,9	1,86	32,1	-7,8	-3,2	10,4
1995	3,1	1,19	30,8	5,72	1,7	-12,7
1996	9,3	-2,79	11,4	-0,19	-3,2	0,2
1997	10,8	-2,83	10,8	6,31	4,2	12,3
1998	-10,2	3,09	16,3	2,90	1,7	-3,0
1999	-11,2	1,48	-24,2	1,53	10,3	1,7
2000	15,6	2,48	22,5	-3,89	0,2	8,0
2001	9,8	-7,75	0,7	-0,33	12,4	1,5
2002	0,5	1,27	-12,8	-7,04	-2,4	3,2

FONTES: MDIC (Sistema Alice) e FEE.

NOTAS: <sup>a</sup> Em pontos percentuais relativamente ao ano anterior; <sup>b</sup> Utilizou-se os deflatores setoriais do VAB estadual para cálculo das variações reais.

#### 4 Estrutura e crescimento setorial do produto

Para avaliar o desempenho setorial e sua contribuição para a evolução do PIB gaúcho, convém apresentar a estrutura setorial, a preços correntes, do produto estadual. A Tabela 5 também serve para indicar a diferença estrutural que marca a economia gaúcha em relação à brasileira, devido ao menor peso relativo do setor de serviços. Embora o setor de serviços tenha o maior peso nas duas economias, seu desempenho conjuntural tende a acompanhar o dos setores produtores de bens. Na economia gaúcha, a agropecuária possui quase o dobro da importância que possui na economia brasileira, sendo que mais de 40% do produto industrial pertence a gêneros da indústria de transformação diretamente relacionados com a agropecuária, à montante ou à jusante<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Segundo os dados da FEE para a estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria, a indústria de transformação corresponde a cerca de 80% do VAB industrial total. Na composição do VAB da indústria de transformação (médias para o período 1996-2000), somente as indústrias de alimentação, bebidas, fumo, vestuário, calçados e têxtil, juntas, representavam 40% do valor adicionado. Além desses gêneros, outros que se articulam economicamente com a agropecuária são os de madeira, mobiliário (em parte), papel e papelão, couros e peles, que totalizam 13% do VAB. Também a indústria mecânica (23% do VAB) tem parte de seu parque produtivo associado à montante com o setor agropecuário.

**Tabela 5** – Estrutura setorial do PIB do RS e do BR segundo médias quinquenais, 1981/2001

Períodos	RS			BR		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
1981-85	15,5	35,8	48,7	10,6	40,6	48,8
1986-90	17,4	42,2	40,3	9,0	38,9	52,1
1991-95	12,2	42,1	45,7	7,2	32,9	59,9
1996-2000	13,0	38,3	48,8	7,8	33,9	58,3
2001	14,0	40,0	46,0	8,0	35,8	56,3

FONTE: FEE, IBGE.

A menor participação do setor de serviços na economia gaúcha, em relação à economia brasileira, tem sido considerada como expressão de um certo retardamento relativo de seu processo de desenvolvimento, pois uma crescente participação dos serviços no produto é um traço das economias e regiões mais desenvolvidas (Passos e Lima, 2000)<sup>5</sup>. Nos casos gaúcho e brasileiro, entretanto, não nos parece adequado associar maior expansão relativa do produto do setor terciário, e portanto perda da importância da indústria, com maior avanço no processo de desenvolvimento, pois a expansão do terciário está associada a atividades de produtividade muito baixa, como veremos adiante<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Passos e Lima (2002) propõem a questão a partir de uma medida inversa, isto é, a *share* industrial, que vem a ser a participação do produto da indústria de transformação no PIB. “A redução do *share* industrial ocorre através de uma tendência linear” e o Brasil, segundo Bonelli e Gonçalves (1998), já teria “completado seu viés pró-industrial, herdado do período de substituição de importações”. Essa redução opera-se em favor do crescimento do peso dos serviços no PIB e é característica de um grupo de nações (Alemanha, EUA, Reino Unido, Itália, França, Bélgica) que convergem para um “padrão normal do *share* industrial”. Nota-se que está sugerido que o caminho natural do processo de desenvolvimento, que já ocorre para os países desenvolvidos, mas também para o Brasil e como regra geral para o conjunto dos Estados mais industrializados da Federação, é a redução do *share* industrial e o aumento do setor de serviços. Os autores concluem que a economia gaúcha deveria ou deverá passar por um processo desse tipo, tendo ainda cerca de 10 pontos percentuais de participação da indústria de transformação no PIB para perder.

<sup>6</sup> Cabe questionar, também, a adequação de se utilizar indicadores próprios de economias nacionais para aferir o desenvolvimento de regiões de uma nação. Ademais, transparece no argumento de Passos e Lima uma perspectiva “rostowiana” na análise da economia estadual, considerando que seu desenvolvimento haveria de passar pela mesma trajetória descrita pelas regiões ou nações mais desenvolvidas.

A Tabela 6 indica que, no período 1990-2002, a indústria foi o setor que mais cresceu na economia gaúcha, ao contrário da brasileira em que se destacou a agropecuária. Foi principalmente o melhor desempenho da indústria gaúcha, em relação ao País, que permitiu uma equivalência nas taxas de crescimento do PIB estadual e nacional nesse período de 13 anos. A taxa média de crescimento da indústria gaúcha atingiu o dobro da congênere nacional. Não obstante, também o setor de serviços cresceu um pouco mais, em termos reais, no RS em comparação com o Brasil, ocorrendo o inverso com a agropecuária. Constata-se que, embora o setor de serviços tenha menor peso relativo na economia gaúcha, ele não apresenta crescimento real inferior ao congênere nacional, o que representa uma evidência contrária à hipótese de retardo no processo de desenvolvimento econômico regional em relação ao nacional.

**Tabela 6** – Taxas médias anuais de variação real do PIB total e setorial do Rio Grande do Sul e do Brasil, 1970/2002, segundo diferentes períodos

Períodos	PIB do Rio Grande do Sul				PIB do Brasil			
	Total	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total	Agropecuário	Indústria	Serviços
1971-1980	8,11	6,53	10,29	7,36	8,63	4,73	9,30	9,40
1981-1989	1,94	1,44	1,18	2,39	2,25	3,16	1,21	3,12
1990-2002	2,06	2,08	2,25	1,87	1,93	2,82	1,07	1,50
1990-1991	-4,44	-12,27	-6,37	-0,19	-1,70	-1,21	-4,05	-0,22
1992-1994	7,27	4,37	10,94	4,08	3,73	3,86	3,13	1,40
1995-1998	0,17	1,07	-1,19	1,38	2,56	1,89	2,18	1,75
1999-2002	2,97	4,93	3,57	1,97	2,09	5,42	1,13	2,29

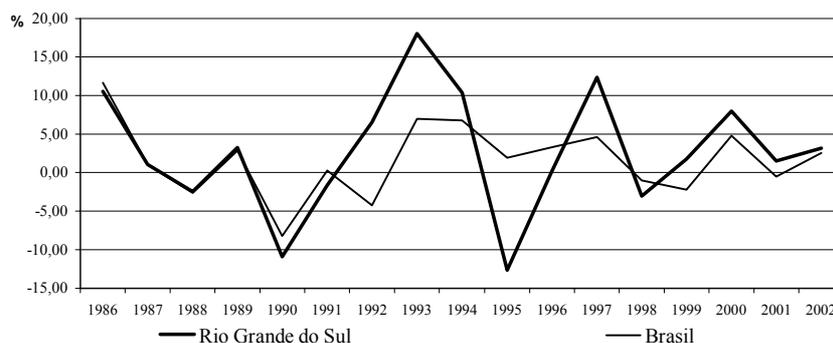
FONTE: FEE, IBGE.

NOTA: Utilizou-se os deflatores setoriais dos PIBs estadual e nacional para cálculo das variações reais.

Observando-se os dados por subperíodos, nota-se que, embora o menor crescimento da agropecuária pareça ter sido decisivo para a retração do biênio 1990-91, nos subperíodos seguintes foi a indústria gaúcha (com grandes oscilações e diferenças nas taxas de crescimento, relativamente às taxas nacionais) que influenciou mais fortemente o comportamento do PIB total. Em todo o caso, os dados também indicam uma

efetiva solidariedade de desempenhos entre o produto agropecuário e o industrial do RS, cumprindo o setor de serviços um papel subordinado e compensatório, no sentido de moderar as oscilações nas taxas de crescimento do PIB total, com as menores oscilações de suas taxas nas distintas fases do ciclo.

O Gráfico 2 assinala as diferenças de desempenho do produto industrial gaúcho e brasileiro, bem como a maior instabilidade do crescimento industrial estadual. As fases de auge e declínio do produto industrial gaúcho tenderam a coincidir com os períodos favoráveis e desfavoráveis do comércio exterior. Outra sugestão fornecida pela análise gráfica é a de que os movimentos do produto industrial estadual e nacional, que seguiam juntos desde 1986, tenderam a se dissociar a partir de 1992, porém sem se tornarem assimétricos. As taxas de variação real do PIB industrial gaúcho oscilaram sempre no mesmo sentido das taxas correspondentes para o Brasil; porém, a indústria gaúcha tendeu a amplificar os movimentos da indústria nacional, possivelmente devido ao *boom* agropecuário de 1992-93 e, posteriormente, ao maior impacto do viés anti-exportador da política macroeconômica sobre a indústria gaúcha, relativamente à nacional.



FONTE: FEE, IBGE (dados brutos).

Gráfico 2 – Taxas anuais de variação real do PIB industrial, RS e BR, 1986-2002

O melhor desempenho relativo do produto industrial gaúcho, que alcançou uma taxa de crescimento médio anual mais de três vezes superior ao produto da indústria brasileira no período 1999-2002, é confirmado pelos dados, tanto da produção física da indústria de transformação, como do valor da transformação industrial, fornecidos pelo IBGE. Segundo os dados da PIM-PF, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul foi a que apresentou maior crescimento dentre os principais Estados industriais, entre 1992 e 2002 (Tabela 7).

**Tabela 7** – Taxas médias anuais de variação da produção física da indústria de transformação RS, Brasil e Estados selecionados 1992-2002

Período/Ano	RS	Brasil	SP	PR	MG	RJ	BA
1992-1998	3,73	2,05	1,92	3,43	2,47	-0,79	3,73
1999	2,45	-1,61	-3,55	-0,63	1,53	-2,68	1,55
2000	9,78	6,06	6,65	-1,35	6,71	-1,67	-3,41
2001	-0,79	1,36	2,11	3,66	1,92	-2,54	0,74
2002	3,90	1,48	-0,87	1,91	1,09	3,61	0,11
1999-2002	3,77	1,78	1,01	0,88	2,79	-0,85	-0,27

FONTE: IBGE (PIM-PF – dados brutos).

É interessante observar o crescimento relativamente modesto da indústria paranaense, na qual a matriz industrial existente no início da década perdeu dinamismo ao longo do período. Esses dados não computam a produção das 18 montadoras de automóveis que se instalaram no País a partir de 1996, sete das quais no Paraná e uma no RS. Os dados do produto da indústria de transformação, disponibilizados pelo IBGE através da PIA-Empresa, computam a produção das montadoras e podem ser observados na Tabela 8. Nota-se que os dados referentes aos valores de produção e à ocupação da indústria de transformação indicam uma crescente participação do RS no País, com taxas relativamente maiores de crescimento da produção e do produto no Estado. O produto dessa indústria no Paraná vem crescendo mais que no RS, enquanto a produção cresce a taxas iguais, muito superiores à do Brasil. Esse desempenho relativamente superior da indústria de transformação gaúcha vem consolidando sua posição em segundo lugar entre os Estados brasileiros.

**Tabela 8** – Indicadores da Indústria de Transformação RS, PR, Brasil – 1996, 2001

Indicadores	Rio Grande do Sul		Paraná		Brasil	
	1996	2001	1996	2001	1996	2001
VBP dos Estados/VBP do BR	8,3	9,6	5,8	6,8	100	100
VTI dos Estados/VTI do BR	8,0	8,6	5,5	6,4	100	100
Pessoal Ocupado	9,8	10,5	6,2	6,9	100	100
Crescimento do VBP (1997/2001) <sup>a</sup>	6,1		6,1		3,5	
Crescimento do VTI (1997/2001) <sup>a</sup>	4,0		5,4		2,6	

FONTE: PIA-Empresa (IBGE).

OBS.: Utilizou-se o deflator implícito do produto da indústria de transformação do Brasil.

NOTA: <sup>a</sup> Taxa média anual de variação real, 1997-2001.

A escolha do Paraná para efeitos de comparação, nessa breve análise do setor industrial, deve-se a um aspecto central da política de desenvolvimento regional do Governo desse Estado a partir de 1995, que foi a atração de empresas montadoras automobilísticas através de incentivos fiscais e outras vantagens. Como se sabe, o Governo Britto adotou uma política de desenvolvimento do mesmo tipo para atração de duas montadoras, uma das quais efetivamente instalou-se no RS. Na análise acima, os dados da produção física, ao excluirmos os novos estabelecimentos pertencentes a novos gêneros ou grupos de indústria, permitem avaliar que a indústria gaúcha “tradicional” obteve um desempenho expressivo na década, o que se repete com a inclusão da nova montadora, como indicam os dados de valor da produção.

Enquanto a indústria gaúcha vem apresentando crescimento superior ao da indústria nacional, observa-se na Tabela 6 que a agropecuária gaúcha vem apresentando sistematicamente um crescimento inferior ao nacional. A aparente superioridade do crescimento gaúcho no triênio que antecedeu ao Plano Real (1992/94) deve-se exclusivamente à excepcional taxa de crescimento de 31,6% observada em 1992. A análise do declínio relativo da agropecuária gaúcha mereceria um capítulo à parte, que está além do alcance desse estudo. Vale, contudo, assinalar que o mesmo parece estar determinado principalmente pela continuidade da expansão

da fronteira agrícola em diversos Estados brasileiros, sendo natural a retração relativa de uma região em que a atividade agropecuária é bem mais antiga e a fronteira agrícola encontra-se esgotada há décadas. O setor primário do RS ainda detém o segundo maior VAB agropecuário estadual do País e pode, além disso, compensar a tendência de declínio na participação nacional através de ganhos de produtividade e da adoção de atividades e culturas com maior geração de valor por unidade de área.

## 5 Ocupação, produtividade e produto *per capita*

O cruzamento dos dados do produto estadual e nacional com os dados referentes à ocupação, total e setorial, no período de 1991 a 2000, permite realizar algumas constatações acerca da capacidade da expansão econômica associar-se à ampliação do número de ocupados, em cada setor, no País e no RS. Do mesmo modo, pode-se observar a evolução da produtividade econômica dos ocupados em termos absolutos e relativos, entre setores e na comparação do RS com o Brasil.

Os dados indicam que o crescimento do produto foi um pouco superior no RS, onde a elasticidade da ocupação em relação ao produto foi inferior à do País, particularmente no setor de serviços, o qual apresentou a maior elasticidade setorial, nos dois âmbitos. Com um coeficiente de elasticidade da ocupação em relação ao produto de 0,4, a economia gaúcha precisa crescer em média 2,5% a.a. para expandir em 1% a.a. o contingente de ocupados. Para alcançar a taxa de expansão da PIA (1,6% a.a.), o PIB estadual teria de expandir-se em média a 4,1% a.a. Para o Brasil, onde a elasticidade observada na década foi de 0,7 para a ocupação em relação ao produto total, este teria de se expandir a 1,5% a.a. para expandir a ocupação em 1% a.a. Para atingir o patamar de crescimento da PIA (2,2% a.a.), o PIB brasileiro teria de crescer a 3,2% a.a. É provável que as taxas de crescimento do produto tenham de ser superiores a estas, que refletem as condições produtivas da década de 90, enquanto a ocorrência de novos ganhos de produtividade é a tendência natural do processo econômico. Mantidas aquelas condições, que expressam ganhos de produtividade superiores na economia

gaúcha nessa década, essa economia estadual precisará seguir crescendo em patamar superior à economia nacional, sob pena de agravar as condições de seu mercado trabalho.

**Tabela 9** – Taxas de crescimento do produto real e da ocupação e elasticidade ocupação/produto, total e por setor de atividade, RS e Brasil, variações do período 1992-2000

Indicador	RS				Brasil			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Taxa média anual de variação do produto real (%)	3,53	4,97	4,24	2,42	2,83	3,12	2,25	1,85
Taxa média anual de variação da ocupação (%)	1,43	-0,40	1,06	2,36	1,92	-0,38	0,70	3,26
Elasticidade	0,40	-0,08	0,25	0,98	0,68	-0,13	0,31	1,76

FONTE: FEE, IBGE (dados brutos).

**Tabela 10** – Índices da produtividade econômica do pessoal ocupados no RS relativamente ao Brasil, 1980, 1991, 2000 (BR = 100)

Setores	1980	1991	2000
TOTAL	106	101	112
Agropecuária	217	140	164
Indústria	106	98	113
Serviços	88	92	104

FONTE: IBGE, FEE (dados brutos).

Efetivamente, a produtividade econômica dos ocupados (geração de produto por ocupado) evoluiu, no mesmo período, de modo mais satisfatório na economia gaúcha, relativamente à economia nacional. Para o período entre os anos censitários de 1991 e 2000, nota-se uma melhor evolução para o RS, onde a produtividade dos ocupados cresceu no conjunto da economia em 20% (8,3% no País), na agropecuária em 61% (37% no País) e na indústria em 32% (15% no País). No setor de serviços, a produtividade permaneceu estagnada no Estado, enquanto decresceu 12% no País. Esses dados, combinados aos da Tabela 10, indicam que a produtividade dos ocupados no RS cresceu, nesse período, mais do que na eco-

nomia brasileira e encontra-se em nível superior ao desta, nos três grandes setores da atividade econômica.

**Tabela 11** – Índices relativos da produtividade setorial dos ocupados, RS e Brasil – 1991, 2000

Setores	Rio Grande do Sul		Brasil	
	1991	2000	1991	2000
Indústria	100	100	100	100
Agropecuária	29	35	20	24
Serviços	66	51	71	55

FONTE: IBGE, FEE (dados brutos).

Levando-se em conta a taxa de expansão relativamente elevada da ocupação no setor de serviços (Tabela 9) e o declínio da produtividade nesse setor, é possível perceber que a maior expansão da ocupação nos serviços no Brasil tem ocorrido em atividades de baixa produtividade. Essa constatação serve como evidência contrária à hipótese de um retardo no desenvolvimento econômico do RS em relação ao Brasil, em vista da menor importância relativa do setor de serviços (conforme sugerido em Passos; Lima, 2000). Também a Tabela 11 reforça a indicação de uma baixa qualidade da ocupação e de um caráter precário da geração de produto nas atividades no setor de serviços, pois seu nível de produtividade relativa à da indústria tem declinado, tanto no RS quanto no Brasil e de maneira mais acentuada no País. Desse modo, a expansão do terciário, no produto e na ocupação, no País e no Estado, não pode ser identificada com o mesmo processo ocorrido em economias desenvolvidas, em que o nível de produtividade do setor de serviços é bem mais próximo da produtividade na indústria, geralmente acima de 80% desta (Accurso, 1993, p. 71).

A Tabela 9 evidenciou também que a ocupação total expandiu-se no Rio Grande do Sul, no período 1992-2000, um pouco menos que no Brasil. Essa diferença deveu-se exclusivamente ao setor de serviços, pois a ocupação na agropecuária declinou de igual modo nos dois âmbitos, enquanto na indústria o crescimento foi superior no Estado. A Tabela 12 indica que o setor de serviços, além de ser aquele em que a

ocupação mais se expandiu no período, é também o setor de maior peso na ocupação total, representando mais da metade da mesma no Estado e uma proporção ainda superior no País. Inversamente, a ocupação na indústria (graças à indústria de transformação) e na agropecuária tem maior relevância no âmbito estadual.

**Tabela 12** – Indicadores demográfico-ocupacionais e distribuição setorial dos ocupados RS e Brasil – 1991, 2000 (%)

Indicadores	Rio Grande do Sul		Brasil	
	1991	2000	1991	2000
Proporção PIA/POP total	79,86	82,89	76,88	80,60
Proporção OCP/PIA	54,69	53,69	48,98	47,94
Proporção OCP/POP total	43,68	44,50	37,66	38,63
Taxa de carregamento (não-Ocup./Ocup.)	129,00	124,70	165,50	158,80
Distribuição total	100,00	100,00	100,00	100,00
Ativ. Agrop., Extração Vegetal e Pesca	23,66	20,09	22,71	18,47
Indústria de Transformação	18,10	17,17	14,87	13,34
Indústria de Construção	5,70	6,51	6,70	6,96
Outras atividades industriais	1,41	0,74	2,03	0,86
Comércio de Mercadorias	12,04	15,86	12,36	16,61
Transporte e Comunicações	4,02	4,67	4,18	5,06
Prestação de Serviços	19,32	20,53	20,77	22,96
Atividades Sociais	8,29	8,51	9,00	9,10
Administração Pública	4,74	4,97	4,66	5,37
Outras atividades	2,71	0,95	2,72	1,28
Agropecuária	23,66	20,09	22,71	18,47
Indústria	25,22	24,42	23,60	21,16
Serviços	51,12	55,49	53,69	60,37

FONTE: IBGE (Censos Demográficos, resultados preliminares para 2000 – dados brutos).

O crescimento demográfico do RS tem sido inferior em relação ao Brasil, nas duas últimas décadas. No período em análise (1992-2000), as taxas médias anuais de expansão demográfica atingiram respectivamente 1,2% e 1,6% a.a. Essa circunstância, combinada a um crescimento do PIB equivalente para o período 1990-2002, porém superior no RS nos últimos anos, tem conduzido a um aumento no diferencial de PIB per capita do Estado em relação ao País, como se observa na Tabela 13. Em 2002, a diferença alcançou cerca de 35%, situando-se o PIB per capita gaúcho em R\$ 10.431,80 e o

brasileiro em R\$ 7.707,80. O RS tem posição de destaque entre os Estados brasileiros, quanto ao nível do PIB *per capita* (Tabela 14).

**Tabela 13** – Participação do PIB *pc* do RS no PIB *pc* do Brasil, 1970/2002

Ano	Índice
1970	105,05
1975	112,78
1980	117,85
1985	126,03
1990	133,13
1994	148,05
1998	128,01
2000	129,11
2001	131,49
2002	135,34

FONTE: IBGE, FEE.

**Tabela 14** – Participação do PIB *pc* de Estados no PIB *pc* do Brasil, 1985, 1990, 1994 e 2000

Ano	RS	SP	RJ	MG	PR	SC	CE	BR-4
1985	123,5	169,7	139,5	87,6	97,4	107,6	39,2	64,5
1990	130,2	172,4	123,6	86,3	109,3	120,8	37,3	65,8
1994	144,5	157,8	131,8	93,4	106,3	118,1	43,5	67,3
2000	128,9	154,4	147,9	95,7	106,3	122,1	43,2	68,5

FONTE: IBGE (Contas Regionais – dados brutos).

NOTA: O agregado BR-4 corresponde ao PIB per capita do Brasil exclusive as quatro maiores economias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

O diferencial do PIB *per capita* gaúcho em relação ao brasileiro deve-se, em parte, à maior produtividade dos ocupados, superior em 12% (Tabela 10). Decorre também de dois fenômenos demográfico-ocupacionais: a maior proporção da PIA em relação à população total e a maior participação da PIA na ocupação (Tabela 12). Desses dois fenômenos resulta que a taxa de carregamento dos ativos no RS corresponde a 125%, enquanto alcança 159% no Brasil, em 2000. Isso significa que no RS existem 12,5 pessoas não ocupadas (entre inativos e desempregados) para cada 10 pessoas ocupadas, en-

quanto no Brasil essa proporção é 27% mais elevada. O maior engajamento relativo da população gaúcha na atividade econômica tem por efeito ampliar a geração de renda por habitante, expresso através do PIB *per capita*.

O primeiro fenômeno aludido, a maior proporção relativa da PIA na população total, reflete a diferente estrutura etária da população estadual. A participação dos menores de 10 anos na população estadual é inferior à média nacional, indicando que a curva da trajetória demográfica no RS encontra-se em um momento além daquele observado para a mesma trajetória no Brasil, aproximando-se da trajetória dos países capitalistas de formação mais antiga, com menores taxas de natalidade e mortalidade. Em algum momento futuro, estimado para 2030 no Brasil, a população tende a se estabilizar (Benjamin et al., 1999), com um peso crescente de inativos idosos. O RS deverá alcançar antes esse momento em sua trajetória demográfica, o que significa que também no Estado os problemas associados ao envelhecimento da população se farão sentir mais cedo do que no País. Enquanto não transcorrer essa inflexão nas curvas demográficas, um contingente proporcionalmente maior de pessoas em idade ativa tende a favorecer a geração de produto na economia estadual, em relação à nacional.

O segundo fenômeno demográfico-ocupacional, que é a maior participação da PIA na ocupação no RS em relação ao Brasil, revela a maior disposição e/ou aptidão da população estadual para encontrar ocupações. Como bem observou Accurso (2002, p. 350-54), o maior nível relativo de ocupação da PIA no RS não pode ser atribuído apenas a uma demanda possivelmente maior por trabalho, mas também à busca mais intensa e qualificada de oportunidades por parte da população. A iniciativa em buscar novas oportunidades, descobrir novos produtos e mercados e mesmo novos territórios, através da migração, é um traço característico de uma cultura empreendedora, resultante da formação histórica do Estado, na qual a pequena propriedade rural, mas também no meio urbano-industrial, exerceu um papel decisivo na emergência de uma sociedade regional de padrão capitalista moderno.

## 6 Considerações finais

Os dados apresentados e analisados permitem realizar algumas considerações finais sobre o movimento da economia gaúcha no período 1990-2002. Ela vem apresentando um crescimento equivalente ao da economia brasileira, observando-se uma tendência de crescimento superior nos anos mais recentes. O crescimento vigoroso apresentado nos anos que precederam o Plano Real, bem como a retomada do crescimento a uma taxa média em torno de 3% no período 1999-2002 (5% em 2003), superior à taxa nacional, são indicações expressivas das boas condições dessa economia estadual no contexto brasileiro. As hipóteses de insuficiência estrutural (ausência de segmentos produtivos importantes) e/ou insuficiência dinâmica (baixo crescimento) da matriz produtiva estadual não encontram respaldo empírico em termos de crescimento do produto. Isso é tanto mais verdadeiro no caso do destacado crescimento da indústria gaúcha, um setor frequentemente considerado defasado, pela expressiva presença de ramos ditos tradicionais, e sobre o qual pesam alguns juízos errôneos que apenas recentemente começam a ser desfeitos<sup>7</sup>.

A grande questão sobre o movimento da economia gaúcha nos anos 90 parece ser a que se refere à maior instabilidade dessa economia em relação a do País, fenômeno observado concomitantemente à maior assincronia nas elevações e reduções das respectivas taxas de variação do PIB. Parece

---

<sup>7</sup> Nesse sentido, vale referir a constatação de Passos e Lima (2000), quanto ao peso das pequenas empresas na ocupação industrial ser equivalente no RS e no Brasil, contrariando o senso comum sobre uma maior importância dessas empresas no parque industrial gaúcho, ainda nos dias atuais. Também a análise de Lima (2003) contraria frontalmente estudos anteriores, ao evidenciar que a tese da compensação de uma menor produtividade industrial gaúcha frente à média nacional através do pagamento de salários relativamente menores não se sustenta na consideração de cada gênero industrial em particular, sendo válida apenas para os valores agregados de toda a indústria (o que ocorre também com os demais Estados), uma comparação indevida e cujo resultado favorável àquela tese somente se sustenta devido à influência de São Paulo na média nacional. Por fim, também Accurso (2002, p. 348) contraria o senso comum sobre a indústria gaúcha, ao evidenciar a importância das indústrias ditas dinâmicas, em especial nos segmentos de bens de capital, concluindo que seu desempenho relativo ao País "não autoriza a se pensar em especialização nas indústrias tradicionais, como muitos pensam".

haver suficientes indicações de que essa maior instabilidade e a mudança de padrão nas relações entre as taxas de crescimento estadual e nacional, em relação aos anos 80, estão relacionadas à mudança nas formas de inserção internacional da economia brasileira, que teria afetado mais acentuadamente a economia gaúcha, devido ao seu maior grau de abertura externa. Essa condição teria produzido maiores oscilações na economia gaúcha, relativamente mais afetada com a abertura comercial e a sobrevalorização cambial.

Mais do que isso, a peculiaridade do comportamento do PIB estadual em relação ao do Brasil e das principais economias regionais recoloca em debate a existência de uma dimensão do processo de desenvolvimento econômico que fora colocada em segundo plano por alguns estudos "clássicos" sobre a economia gaúcha (FEE, 1978; FEE, 1982). Referimo-nos à dimensão da *economia regional*, que teria perdido relevância ou mesmo se "desconstituído" enquanto tal, a partir da integração do mercado interno brasileiro e da configuração de um único processo nacional de acumulação de capital<sup>8</sup>. A divergência no comportamento do PIB do RS nos anos 90, marcada em relação ao PIB nacional e ainda mais acentuada em relação ao PIB de São Paulo (Tabela 2), sugere a hipótese de que um novo padrão de articulação da economia gaúcha com os mercados nacional e externo emergiu da

<sup>8</sup> No trabalho "Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul" (FEE, 1987) foi proposta a tese da "subordinação" da economia gaúcha ao movimento nacional de acumulação, centrado na economia paulista ou do Sudeste brasileiro. Com isso, a economia gaúcha teria perdido um certo "moto próprio", fragilizando-se pela maior dependência dos vínculos com os mercados do centro ou por cumprir funções específicas (geração de divisas e produção de bens salário) para o processo nacional de acumulação. Com isso, o movimento da economia gaúcha seria principalmente um reflexo do movimento do centro econômico nacional. No estudo "A produção gaúcha na economia nacional" (FEE, 1983), o processo nacional de acumulação nacional, que requer uma efetiva integração dos mercados para os diversos bens, estabelece através da concorrência nacional imperativos de escala e produtividade que fazem sucumbir os capitais mais frágeis ou de alcance regional. A concorrência em escala nacional estabelece uma nova totalidade econômica, que "desconstitui", por assim dizer, a *economia regional*, esvaziada enquanto âmbito relevante na determinação dos fenômenos e para análise econômica. Em consequência, a *economia regional* é vista não como uma totalidade, mas como somatório de partes que compõe o todo nacional, podendo haver maior ou menor grau de articulação dessas partes localizadas no Estado, entre si e/ou com outros setores de alcance tipicamente regional (ver a respeito Targa, 1984 e Almeida, 1996, p. 123).

reestruturação produtiva dos anos 90. Nesse novo padrão, o comportamento do PIB estadual não acompanha os movimentos do PIB da principal economia estadual ou do PIB nacional, ao contrário dos anos 80, e parece estar predominantemente condicionado pela inserção internacional e pelas peculiaridades da produção de seus setores industrial e agropecuário.

Nesse sentido e ainda com referência à maior instabilidade do PIB do RS nos anos 90, ganha relevo como fator determinante do desempenho da economia estadual a característica estrutural de maior dependência, direta e indireta, do crescimento do produto estadual em relação à agropecuária, setor sujeito a oscilações mais severas. Assim, a estagnação do PIB estadual entre 1995 e 1999 parece ter sido determinada principalmente pelas condições adversas do setor externo, que em boa medida explicam o retração do produto industrial, ambos aspectos relacionados com um crescimento mínimo do produto agropecuário. A retomada do crescimento a partir de 1999, amplamente apoiada na expansão e modernização dos setores produtivos já estabelecidos ao início da década, também parece principalmente determinada pela reversão da taxa de câmbio e a conseqüente melhoria do comércio internacional. A forte expansão agropecuária (5% a.a.) e o crescimento expressivo da indústria (3,6% a.a.) parecem associados a essa reversão, embora seja válido inferir que, no caso da indústria, também foram importantes os investimentos de modernização, por vezes associados à maior internacionalização dos setores produtivos estaduais (*Plano Plurianual ...*; 2003, cap. 3).

O aspecto decisivo e diferencial para o crescimento da economia gaúcha parece ser a grande importância das exportações industriais. Segundo estimativas da Assessoria Econômica da FIERGS, cerca de 65% do valor das exportações referem-se a produtos industrializados, enquanto que 30% do produto da indústria de transformação tem como destino o mercado exterior (dados para 2001). A indústria gaúcha tem se destacado e seu desempenho foi determinante para nivelar o crescimento do PIB estadual ao nacional em 1990-2002, bem como para determinar o maior crescimento estadual no período mais recente, 1999-2002.

## 7 Referências

- ACCURSO, Cláudio. Relações macroeconômicas da economia gaúcha – 1960-85. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 1993.
- \_\_\_\_\_. Estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. esp., 2002.
- ALMEIDA, P. As razões materiais da posição periférica da indústria gaúcha na industrialização restringida brasileira. In: TARGA, L. R. P. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.
- BENJAMIN, C. et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Análise de indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre 1978. (Série 25 Anos de Economia Gaúcha, 4).
- \_\_\_\_\_. *A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista*. Porto Alegre, 1983. t. 1.
- LIMA, Rubens S. Notas à margem da estrutura industrial do Rio Grande do Sul. In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2003.
- MARCO REFERENCIAL DO PLANO PLURIANUAL, 2004-2007. CD-ROM. Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- PLANO PLURIANUAL 2004-2007. Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 2003.
- PASSOS, M. C.; LIMA, R. S. Tendências estruturais da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.
- SALABERRY, C. M. *A comercialização externa dos produtos gaúchos*. Porto Alegre, SCP-RS, 2002. (Textos para discussão).
- TARGA, L. R. P. A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1984.